



Informativo Enermerco

1905

Acompanhamos você no Mercado Livre de Energia diariamente de maneira Exclusiva e Pró ativa. Somos "LIVRE COM VOCÊ".



Consumo (SIN)
63.558 MW médios
Abril 2019



Descolamento CMO
R\$ 0 MM
Abril 2019



Bandeira Tarifária
VERDE
Abril 2019



Geração
66.615 MW médios
Abril 2019



Encargos
R\$ 398 Milhões
Abril 2019



Mercado de Energia x Tendência do PLD

Com as afliências de abril revistas de 89% para 95%, os preços semanais do PLD ao longo do período seguiram em queda para os submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul e permaneceram no preço no piso de R\$ 42,35/MWh para os submercados Norte e Nordeste.

as afliências sofreram significativa redução na primeira semana, se elevando a partir da segunda semana, comportamento este que se acentuou na última semana do mês.

O PLD médio de Abril de 2019, se consolidou conforme quadro abaixo:

Demonstrativo do PLD Médio

Mês	Submercado			
Abril 2019	SE/CO	S	NE	N
	180,41	180,41	42,35	42,35

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE informa que o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD para a primeira semana de maio (27 de abril a 3 de maio de 2019) caiu mais 18%, sendo que o preço médio dos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul foi de R\$ 172,38/MWh, da última semana de abril, indo para R\$ 142,12/MWh. No Nordeste e no Norte permaneceram no mínimo de R\$ 42,35/MWh.

A principal responsável pela redução do PLD foi a verificação de afliências mais otimistas em abril e expectativa de manutenção deste otimismo nas primeiras semanas de maio, bem como a redução na carga, prevista em torno de 1.330 MW médios para a primeira semana.

Os limites de recebimento de energia do Sudeste pelos submercados Norte e Nordeste foram atingidos em todos os patamares, desacoplando o preço. Espera-se que as afliências de abril fechem em torno de 92% da MLT para o sistema, estando abaixo da média para todos os submercados: no Sudeste (99% para 96%); no Sul (100% para 96%), no Nordeste (57% para 55%) e no Norte (101% para 99%).

Para maio de 2019, espera-se afliências em torno de 94% da média para o sistema, e embora ainda estejam otimistas, seguem abaixo da média para todos os submercados com exceção do Sul: 95% da MLT na região Sudeste; 103% da MLT na região Sul; 55% da MLT na região Nordeste; 102% da MLT na região Norte.

Os níveis dos reservatórios do SIN ficaram cerca de 1.345 MW médios mais baixos em relação ao esperado, com redução esperada somente no Sudeste (-1.835 MW médios). Nos demais



submercados os níveis estão mais altos: Nordeste (+105 MW médios), no Norte (+365 MW médios) e no Sul (+20 MW médios).

		PLD (R\$/MWh)		aum/red
		CCEE		
		abr-s	mai-s1	
SE/CO	Pesada	176,04	146,81	-17%
	Média	175,88	145,28	-17%
	Leve	168,42	138,64	-18%
	Méd.Sem.	172,38	142,12	-18%
S	Pesada	176,04	146,81	-17%
	Média	175,88	145,28	-17%
	Leve	168,42	138,64	-18%
	Méd.Sem.	172,38	142,12	-18%
NE	Pesada	42,35	42,35	0%
	Média	42,35	42,35	0%
	Leve	42,35	42,35	0%
	Méd.Sem.	42,35	42,35	0%
N	Pesada	42,35	42,35	0%
	Média	42,35	42,35	0%
	Leve	42,35	42,35	0%
	Méd.Sem.	42,35	42,35	0%

O fator de ajuste do MRE para o mês de abril de 2019 está estimado em 118,6%, e a previsão para maio é de 92,2%. O ESS previsto para abril de 2019 está em R\$ 398 milhões, sendo R\$ 76 milhões referentes à restrição operativa e R\$ 322 milhões referentes à reserva operativa de potência. Para maio de 2019, a previsão é de R\$ 62 milhões, sendo R\$ 1 milhão referente às restrições operativas e R\$ 61 milhões à reserva operativa.

Ressaltamos que considerando a atual conjuntura, esta previsão de encargos pode variar.

Para maio/2019, temos bandeira amarela. O sistema de bandeiras tarifárias foi criado para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. A adoção de cada bandeira, nas cores verde (sem cobrança extra), amarela e vermelha (patamar 1 e 2), está relacionada aos custos da geração de energia elétrica.



Apesar dos reservatórios ainda apresentarem níveis reduzidos, com o início da estação chuvosa houve queda significativa do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e a expectativa é a de que haja elevação gradual no nível de produção de energia pelas usinas hidrelétricas, possibilitando uma recuperação do fator de risco hidrológico (GSF). O GSF e o PLD são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada.

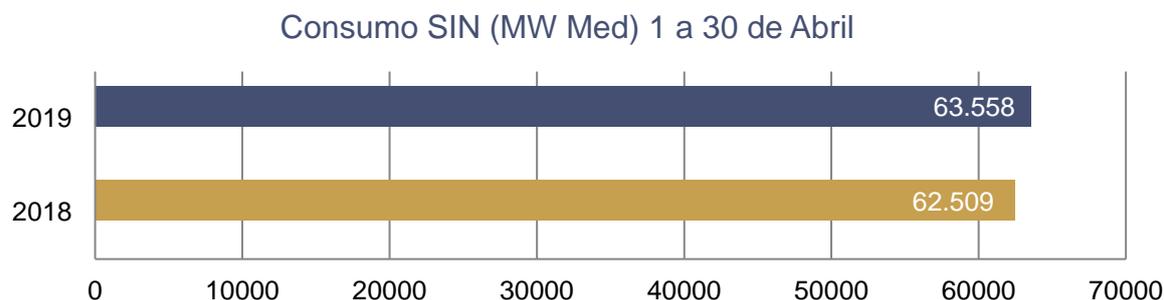
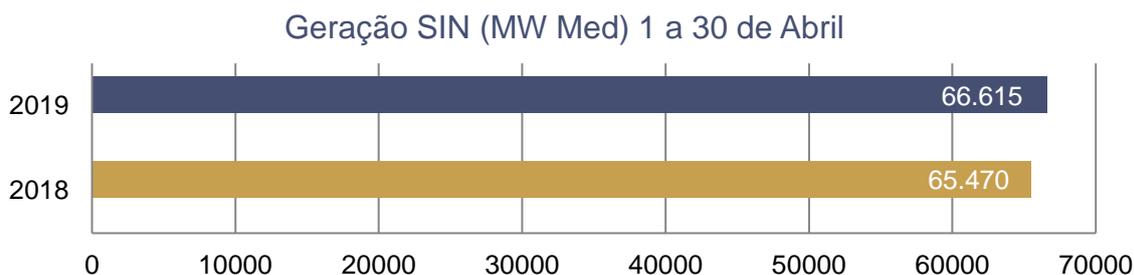
Pierro Campestrini – Diretor da Enermerco



Geração e Consumo considerável aumento

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, divulgou no final de dezembro, novos comparativos de geração e consumo no SIN – Sistema Interligado Nacional.

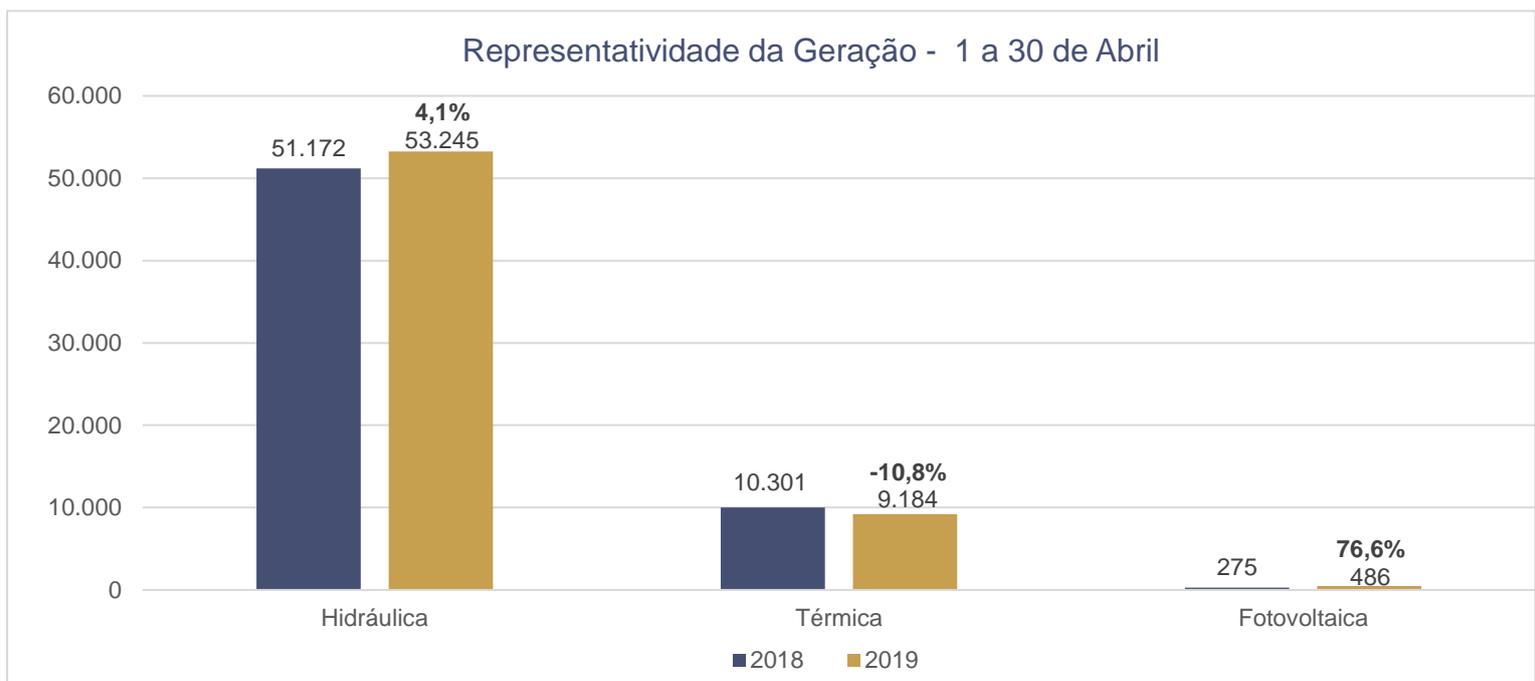
O Sistema Interligado Nacional é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, sendo um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com diversos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte. Em comparação ao mesmo período de 2019, temos acréscimos. A geração e o consumo registraram leve aumento de 1,7%





Geração por Fonte de Energia

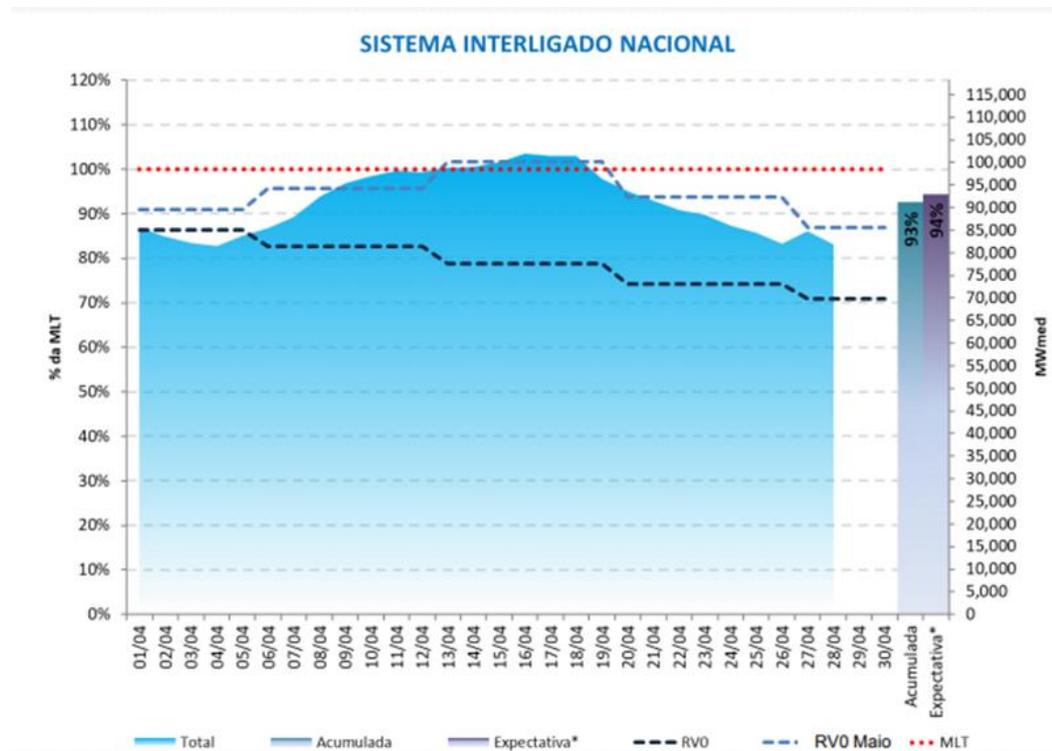
As fontes de geração, abaixo demonstradas, mostram parte do panorama da produção nacional. Como vemos, o destaque de abril está no aumento da geração fotovoltaica: 76,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior, 2018. As hidráulicas cresceram 4,1% na geração e as usinas térmicas tiveram um decréscimo de 10,8%, em sua geração.





ENA, MLT e Nível dos Reservatórios

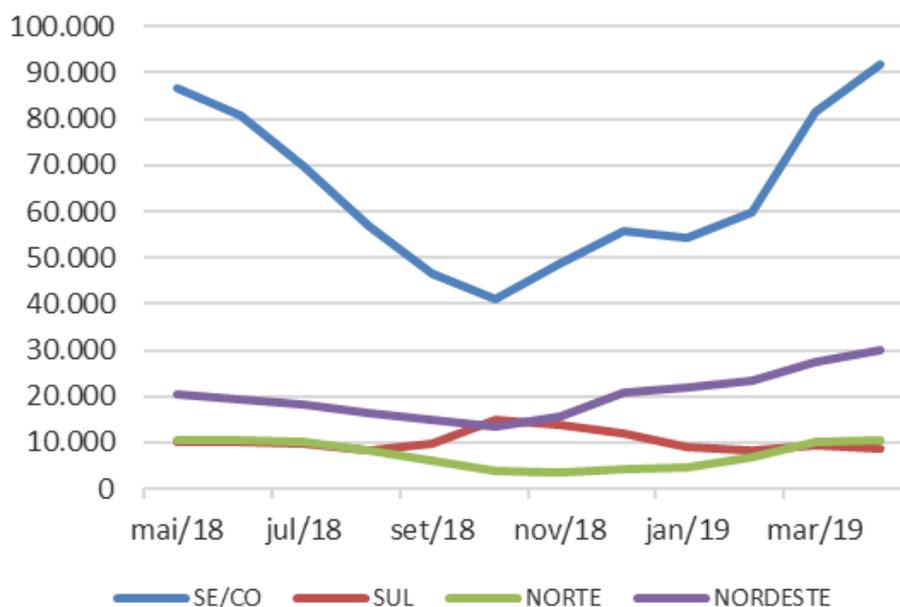
No gráfico de Energia Natural Afluente do SIN, observamos que tanto os percentis da ENA de Abril/2019 acumulada e da expectativa, estão abaixo da Média de Longo Termo, que consiste na média aritmética das vazões naturais verificadas durante uma série histórica. Trata-se de mais um parâmetro de operação do SIN – Sistema Interligado



Nacional, que o ONS – Operador Nacional do Sistema, monitora para gerenciar a geração de energia elétrica do país.

Na sequência o gráfico de Energia Armazenada com valores em GW/h, no período de maio de 2018 à abril de 2019, onde verifica-se a oscilação dos montantes de energia por Submercado do SIN – Sistema Interligado Nacional.

Energia Armazenada - MWmês





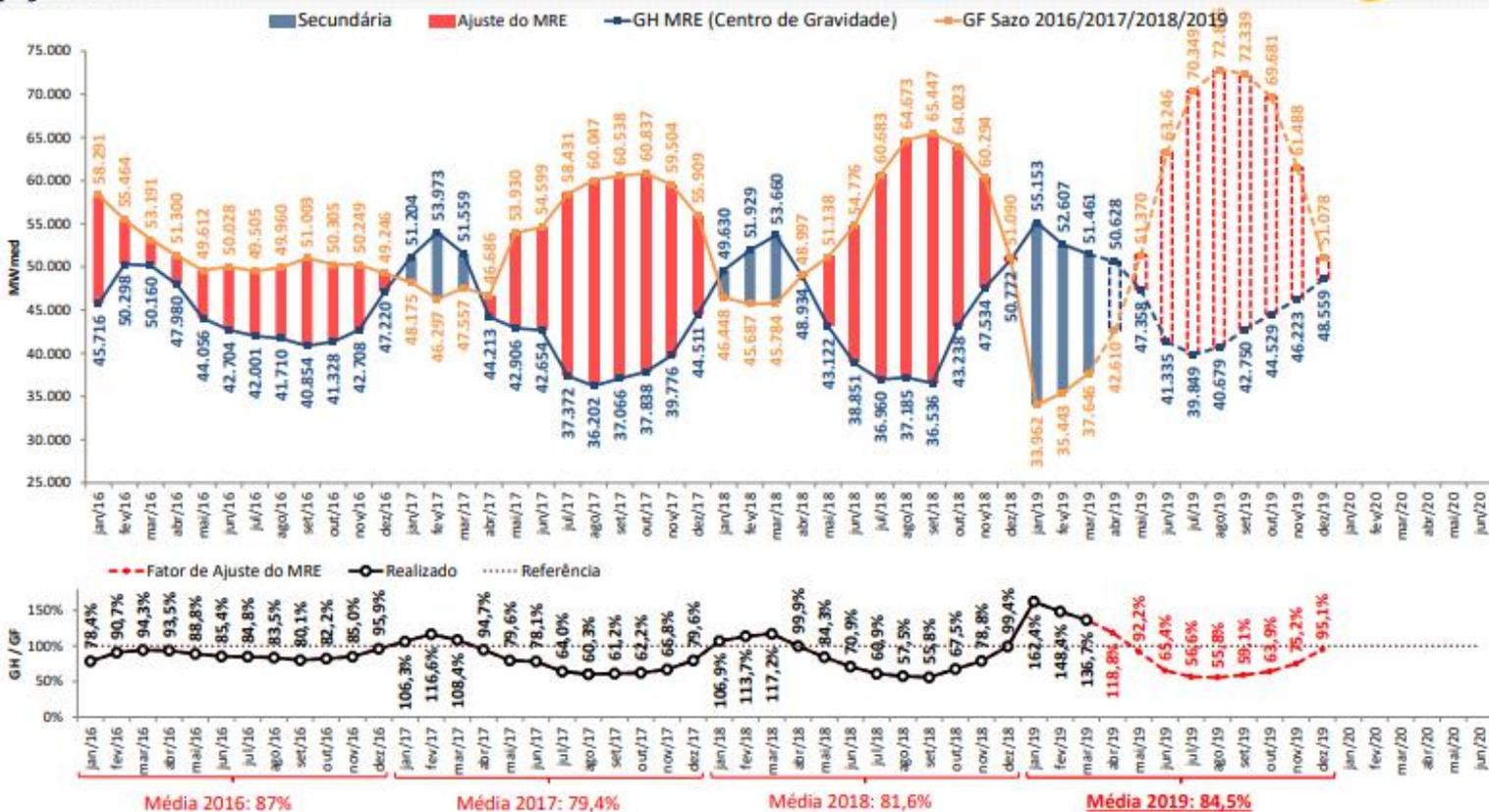
Fator de Ajuste de MRE

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela CCEE.

Para maio, conforme a CCEE, temos a estimativa de 92,2% do fator de ajuste do MRE, com Geração Hidráulica prevista de 47.358 MW. Em abril, atingiu-se uma geração, de 118,8% em relação às Garantias Físicas para o ano de 2019.

Projeção do MRE

Projeção do PLD





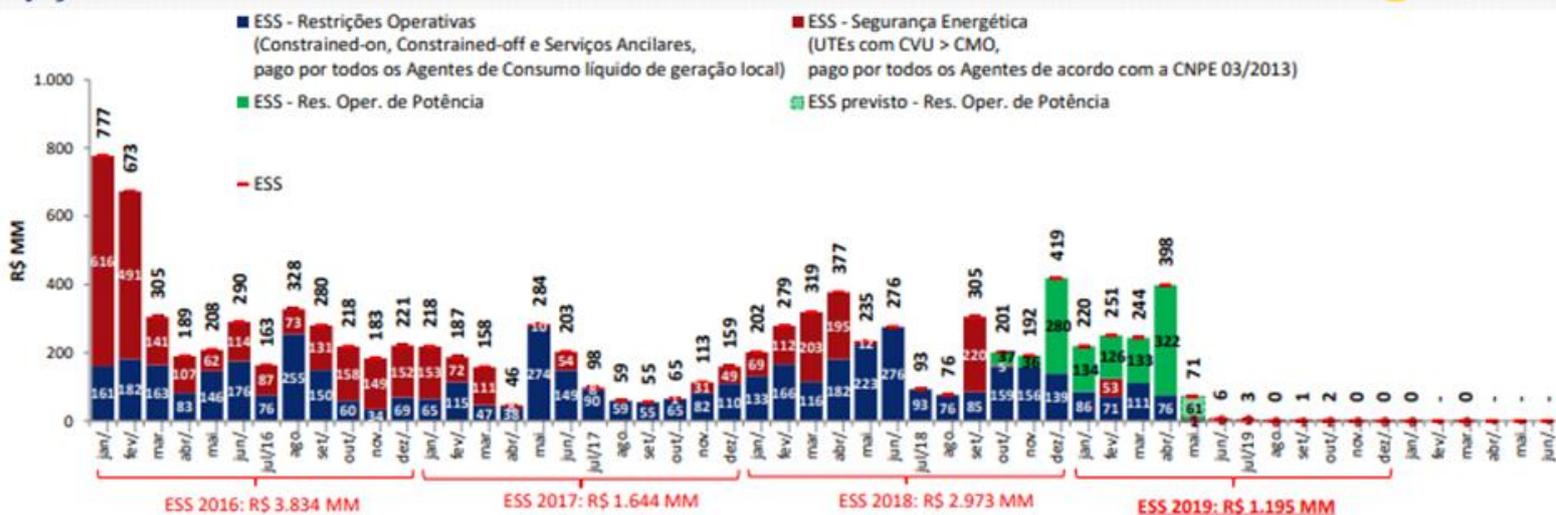
Encargos de Sistema (ESS, ESE, CDE)

Os custos decorrentes da manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema no atendimento à demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) são denominados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Estes valores são pagos por todos agentes com medição de consumo registrada na CCEE, na proporção de seu consumo. Os ESS são expressos em R\$/MWh.

No mês de abril/2019, somando os Encargos de Serviço do Sistema, dentre as Restrições Operativas e as de Segurança Energética, obteve-se um total de R\$ 398 milhões.

Projeção de ESS e Custos devido ao descolamento entre CMO e PLD

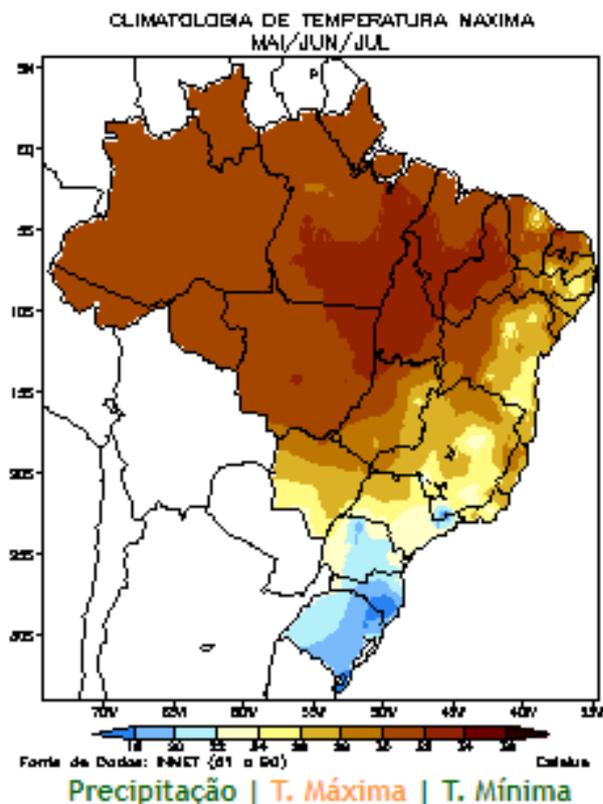
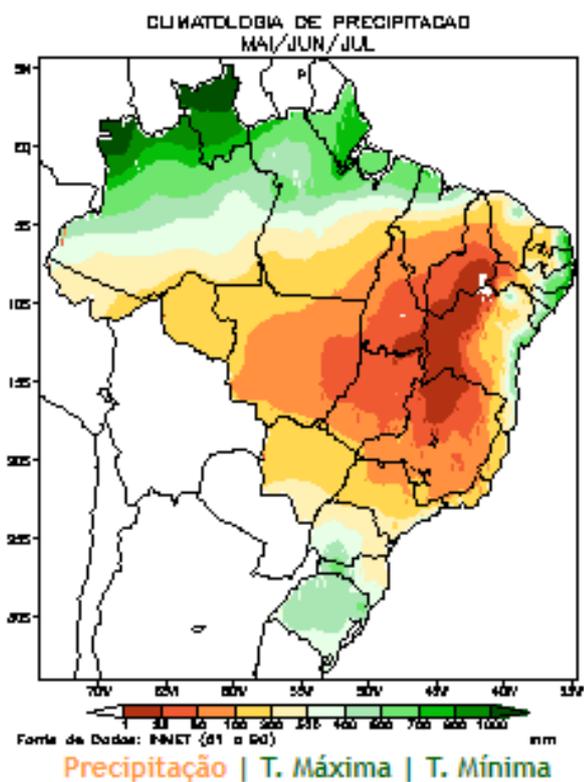
Projeção do PLD





Previsão Climatológica Trimestral

Este trimestre, na Região Norte, os totais acumulados de precipitação ainda podem atingir valores em torno de 1000 mm no extremo norte do Amazonas e no norte de Roraima. A costa leste do Nordeste ainda se encontra no período mais chuvoso do ano, com totais acumulados de precipitação que podem exceder 700 mm entre o litoral do Rio Grande do Norte e Alagoas. Os principais sistemas meteorológicos responsáveis pelas chuvas mais intensas no norte da Região Norte e no leste da Região Nordeste são a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e os Distúrbios Ondulatórios de Leste (DOL), respectivamente. Na Região Sul, os totais de chuva ainda podem exceder 500 mm no interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As chuvas são mais escassas no interior do Brasil, em particular no semiárido nordestino e no norte de Minas Gerais, onde a média histórica de precipitação no trimestre é inferior a 25 mm. A entrada de massas de ar frio aumenta no início deste trimestre, favorecendo declínios significativos de temperatura e ocorrência de geadas, principalmente nas regiões serranas, onde as temperaturas mínimas costumam ser inferiores a 6°C. As máximas tornam-se mais amenas em todo o Brasil, variando entre 30°C e 34°C no centro-norte do País. As climatologias de precipitação e temperaturas máximas, no Brasil, são mostradas nas figuras a seguir:





Governo informa que neste ano não haverá horário de verão

O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, informou no início de maio, que não haverá horário de verão neste ano. Inicialmente, Rêgo Barros disse que o governo havia decidido acabar com o horário de verão. Questionado sobre detalhes da medida, respondeu: "Esta é a posição para este ano. Para o próximo ano, faremos avaliação posterior".

De acordo com o porta-voz, o Ministério de Minas e Energia fez uma pesquisa segundo a qual 53% dos entrevistados pediram o fim do horário de verão. Mais cedo, nesta sexta-feira, o presidente Jair Bolsonaro participou de um café da manhã com jornalistas. Entre outros pontos, disse que poderia acabar com o horário de verão já em 2019. Pouco depois de Otávio Rêgo Barros informar a decisão do governo, Bolsonaro publicou uma mensagem sobre o assunto em uma rede social:

"Após estudos técnicos que apontam para a eliminação dos benefícios por conta de fatores como iluminação mais eficiente, evolução das posses, aumento do consumo de energia e mudança de hábitos da população, decidimos que não haverá Horário de Verão na temporada 2019/2020."

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o Brasil economizou pelo menos R\$ 1,4 bilhão desde 2010 por adotar o horário de verão. Segundo os números já divulgados, entre 2010 e 2014, o aproveitamento da luz do sol resultou em economia de R\$ 835 milhões para os consumidores.

Horário de verão

No horário de verão, parte dos estados do país adianta o relógio em uma hora, geralmente entre os meses de outubro e fevereiro. O período de vigência do horário de verão é variável, mas, em média, dura 120 dias. O objetivo é economizar energia elétrica, retardando o início da noite e, assim, diminuindo, por exemplo, o acionamento de lâmpadas. O Horário Brasileiro de Verão foi instituído pelo ex-presidente Getúlio Vargas, pela primeira vez, entre 3 de outubro de 1931 e 31 de março de 1932. A adoção foi posteriormente revogada em 1933, tendo sido sucedida por períodos de alternância entre aplicação ou não, e também por alterações entre os estados e as regiões que o adotaram ao longo do tempo. No mundo, o horário diferenciado é adotado em 70 países - atingindo cerca de um quarto da população mundial. O horário de verão é adotado em países como Canadá, Austrália, Groelândia, México, Nova Zelândia, Chile, Paraguai e Uruguai. Rússia, China e Japão, por exemplo, não implementam esta medida.



Como o Governo prepara o fim do monopólio da Petrobras

Para quebrar o tabu estatista serão vendidas oito refinarias e parte da BR Distribuidora — mas a criação de um novo cartel precisa ser evitada

O cálculo do governo é angariar até US\$ 15 bilhões com a venda das refinarias, sem contar a redução da participação na BR Distribuidora dos atuais 71% para 40%. “Além do reposicionamento do portfólio em ativos de maior rentabilidade, as privatizações possibilitarão também maior competitividade e transparência ao segmento de refino”, afirmou o presidente da empresa, Roberto Castello Branco.



Essa dinheirama para os cofres públicos chega a ser secundária perto das possibilidades para a economia, já que metade da capacidade de refino (1,1 milhão de barris diários) e boa parte da distribuição de combustíveis passariam para a iniciativa privada. Seria um passo para evitar as altas constantes. Nos primeiros três meses do ano, a adoção de flutuações baseadas nos preços internacionais fez com que o diesel subisse 5,02% e a gasolina, 4,08%, contra uma inflação de 1,51% no período. Com o etanol foi pior, com alta de 10,49% no primeiro trimestre. Já para o gás, pior ainda. Entre 2000 e 2018, a alta foi de 16,6% acima da média trimestral da inflação, apontou um estudo da Abrace, que reúne grandes empresas consumidoras de energia. Não há como produzir um parafuso sequer de forma competitiva dessa maneira.

Choque de energia

Por isso, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) acompanhará tudo de perto. O economista Carlos Langone, diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, é um dos idealizadores da proposta. Ele acredita que o incentivo à competição poderá baixar até pela metade o preço do gás natural. “Temos aqui um caso absurdamente clássico de sobreposição de monopólios”, diz, se referindo ao controle da Petrobras sobre a oferta e a logística, já que as empresas privadas que extraem gás em parceria não têm como distribuí-lo por falta de



gasodutos. Como resultado, aqui o gás natural custa US\$ 13 o metro cúbico, contra US\$ 6,50 na Europa e US\$ 3 nos EUA.

Se tiver sucesso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, terá o condão de “reindustrializar” o Brasil com o que chama de “choque da energia barata” na indústria, conforme tem anunciado em encontros com empresários. O desafio é enorme. Guedes e o governo precisam dobrar as resistências na Petrobras e mostrar aos investidores internacionais e nacionais que vale a pena comprar o que está em oferta.

Audiência em SC discute projeto de incorporação da Eletrosul por empresa gaúcha

Uma audiência pública na manhã desta segunda-feira (13) em Florianópolis discutiu o projeto de incorporação da Eletrosul por outra subsidiária da Eletrobras, a empresa gaúcha Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).



Audiência pública em Florianópolis discute futuro da Eletrosul — Foto: Eduardo G. de Oliveira/Agência AL/Divulgação

Estiveram presentes na reunião deputados estaduais e federais, senadores, cerca de 500 funcionários da Eletrosul e representantes da empresa com sede em Florianópolis. Ficou decidido que os parlamentares tentarão marcar uma audiência com o presidente da República sobre o assunto. A incorporação já foi aprovada pelo conselho da Eletrobrás. A previsão é de conclusão da incorporação até o início de julho.

Ainda na manhã, os políticos fizeram um encontro na Casa d'Agrônômica, em Florianópolis, sobre o assunto com o governador catarinense, Carlos Moisés (PSL). Segundo o governo do



estado, Moisés é a favor da manutenção da Eletrosul em Santa Catarina. Conforme o governo, ele assinou um ofício em que se manifesta contrário à fusão. O documento será entregue ao presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL).

Debate

A audiência ocorreu em auditório na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). O Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região (Sinergia) questionou a fusão. "A gente é contrário a isso, não tem necessidade disso. No mercado, a empresa maior incorpora a menor e no caso da Eletrosul está sendo o contrário", afirmou Mário Jorge Maia, da Diretoria do Sinergia de Saúde e Segurança do Trabalhador.

Ele também questionou a falta de transparência com os documentos relacionados à incorporação. "A gente não tem acesso a nada", afirmou.

A Eletrosul afirmou em nota que não haverá encerramento das atividades da empresa com a fusão e que a incorporação resultará em uma empresa "maior e mais eficiente". Também disse que não haverá demissão de empregados e que o recolhimento de impostos não será alterado.

O presidente da Eletrosul, Gilberto Eggers, avaliou como positivo o encontro da manhã desta segunda. "A audiência pública é sempre algo interessante. Foi uma apresentação de informações para a sociedade, mostrar o ponto de vista e razões das decisões na reorganização das subsidiárias", afirmou.

Ele também destacou que não haveria transferência de empregados para o Rio Grande do Sul com a fusão. "Eles continuarão aqui em Florianópolis. Virão empregados da CGTEE. A tendência é se unirem à atividade aqui", disse. A empresa tem sede em Florianópolis e possui empreendimentos nos três estados da região Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia. A Eletrosul tem cerca de 1,1 mil empregados e em torno de 12 mil quilômetros de linhas de transmissão de energia. Também atua no segmento de geração de energia.

Sem reforma, projeção do PIB cai para 1,5%, informa Guedes a Congressistas

No Congresso, ministro da Economia faz defesa das mudanças em aposentadorias e pensões, pede crédito suplementar de R\$ 246 bilhões para cobrir débitos com a Previdência, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família e Plano Safra



Waldery Rodrigues Júnior e Paulo Guedes (foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

Projeto de Lei orçamentária para 2020, Previdência, Produto Interno Bruto, Imposto de Renda, salário mínimo e crédito extra. Esses foram os principais assuntos abordados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na Comissão Mista do Orçamento, na Câmara dos Deputados. No encontro, Guedes pediu que o Congresso aprove um crédito suplementar de R\$ 246 bilhões para quitar débitos com a Previdência, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família e Plano Safra. Sobre o salário mínimo, está cotado em R\$ 1.040 para 2020. Ele disse, ainda, que a previsão do PIB recuou de 2,2% para 1,5% (a pasta apresentará uma estimativa oficial abaixo de 2% em 22 de maio) e, mais uma vez, atrelou qualquer possibilidade de crescimento do país à aprovação da reforma da Previdência antes de qualquer outro projeto.

Guedes disse, ainda, que a demora na aprovação da reforma da Previdência causou o recuo na previsão do PIB, mas também destacou que, se a proposta de emenda na constituição passar, o crescimento pode aumentar. Sobre o crédito extra, o governo precisa de 257 votos de deputados e outros 47 de senadores para conseguir a verba, sendo “R\$ 200 bilhões para a Previdência, R\$ 30 bilhões para o BPC, R\$ 8 bilhões em Bolsa Família e R\$ 10 bilhões de Plano Safra”. Segundo o ministro sem a ajuda, o Bolsa Família pararia em setembro e o BPC em agosto.

A outra possibilidade seria o governo violar a chamada regra de ouro da Constituição, que determina que o Executivo Federal não pode se endividar para pagar despesas correntes, o que o ministro considerou uma irresponsabilidade. “Estamos pedindo crédito suplementar para não quebrar a regra de ouro e isso é irresponsabilidade fiscal. É se endividar para pagar despesas



correntes. Precisamos de licença para pagar isso aí. Achamos respeitoso e correto informar o Congresso da precariedade de nossa situação fiscal”, disse.

A verba extra, se aprovada, pagará despesas de 2019. Mas, sem a aprovação da reforma da Previdência, segundo Guedes, o governo terá que voltar a pedir recursos ao Congresso nos anos seguintes. A expectativa é de déficits de R\$ 124 bilhões em 2020, R\$ 68 bilhões em 2021 e R\$ 31 bilhões para 2022. O valor decresce, de acordo com explicação do ministro, graças a emenda constitucional do teto de gastos. No entanto, essa melhora é muito lenta e antes disso, a Previdência pode quebrar o país. “Somos prisioneiros da armadilha do baixo crescimento. De 2010 até então, crescemos 0,6% ao ano. É pouco. O buraco fiscal vai fechando, mas fecha muito devagar. Com as reformas, atacamos o problema frontalmente. ”

“O Congresso tem a chave do futuro nas mãos”, afirmou. Segundo o ministro, há expectativa de que o Brasil continue a trajetória da dinâmica de sociedade aberta, virtuosa, com poderes independentes. A economia pode se recuperar com rapidez se fizermos as reformas encomendadas. O crescimento de 2% já caiu para 1,5% e começa o contingenciamento. Não são cortes. São contingenciamentos”, lembrou.

Imposto de Renda

“O presidente Jair Bolsonaro é que falou que atualizaria a tabela do Imposto de Renda pela inflação, eu não disse nada. Estamos no meio de uma batalha da Previdência, não adianta me distrair com outra tabela de IR”, afirmou. O ministro disse que não faria sentido corrigir a tabela em um momento em que o governo tenta aprovar a reforma da Previdência para cortar gastos. Em audiência no Congresso Nacional, Guedes disse que a correção da tabela defasada custaria de R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões, o que seria um gasto muito grande, segundo ele.

Outro tópico levantado foi o salário mínimo, que ficará em R\$ 1.040 a partir de 2020. Assessor do ministro da Economia, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, disse que, com as reformas que o governo precisa, esse cálculo poderá mudar. Ele explicou que a projeção leva em conta o valor anterior corrigido pelo INPC. “Não é nossa política de salário mínimo. Temos até dezembro para ver qual é a dinâmica da economia”, disse.

Fontes: AGÊNCIA SENADO – ANEEL – ABRAPCH – CANAL NEGÓCIOS – CANAL ENERGIA – OCESC – ESTADÃO – EXAME – FOLHA – ONS – GAZETA DO POVO – INFOCLIMA – MME – PORTAL G1 – CCEE – PORTAL GLOBO.COM

Enermerco Comercializadora de Energia EIRELI EPP

Av. 7 de Setembro, 140, Sala 06 – Centro

Timbó - SC – 89.120-000

(47) 3380-0771

www.enermerco.com.br

